



MUNICIPIO DE BEQUIMÃO - MA

DIÁRIO OFICIAL @DOM

Poder Executivo

Conforme Lei Municipal nº 004,
de 14 de agosto de 2014

19 de Agosto de 2019

Ano I – Edição nº 031

Página 1 de 4

SUMÁRIO

GABARITO RESPOSTA 01

GABINETE DO PREFEITO

GABARITO RESPOSTA - PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR QUADRIÊNIO 2020-2023

Data da prova: 18 de Agosto de 2019
01 a 20-Questões Objetivas:

Ord.	A	B	C	D
1.		X		
2.	X			
3.	X			
4.				X
5.		X		
6.	X			
7.	X			
8.		X		
9.				X
10.	X			
11.		X		
12.				X
13.				X
14.			X	
15.			X	
16.				X
17.			X	
18.	X			
19.	X			
20.			X	

PROVA COMENTADA: CARGO CONSELHEIRO TUTELAR/Bequimão/MA

Questão 1- Considera-se adolescente, para efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Art.2º, a pessoa com idade:

- (A) Entre quatorze e dezoito anos
- (B) Entre doze e dezoito anos
- (C) Entre treze e dezoito anos
- (D) Entre quatorze e 21 anos

RESPOSTA: B (ECA.Art.2 Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade)

Questão 2- É correto afirmar que:

- (A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente
- (B) O Conselho Tutelar é órgão permanente e submisso ao Poder Executivo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente
- (C) O Conselho Tutelar é órgão permanente e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente
- (D) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Executivo e legislativo de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA: A (ECA.Art.131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.)

Questão 3- Segundo o Art. 81 do ECA, é proibida a venda à criança ou ao adolescente, exceto:

- (A) Revistas infantis em quadrinhos
- (B) Bebidas alcoólicas
- (C) Fogos de estampido e artifícios sem exceção
- (D) Bilhetes lotéricos e equivalentes.

RESPOSTA: A (ECA. Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: I – armas, munições e explosivos; II – bebidas alcoólicas; 54 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE III – produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; IV – fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida; V – revistas e publicações a que alude o art. 78; VI – bilhetes lotéricos e equivalentes.)

Questão 4 - O Segundo o Art. 18 do ECA, o dever de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor cabe:

- (A) Conselho Tutelar
- (B) Prefeitura
- (C) Comunidade
- (D) Todos

RESPOSTA: D (ECA. Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor)

Questão 5 - A guarda poderá ser revogada segundo o Art.135 do ECA a qualquer tempo por

- (A) Ato do Conselho Tutelar
- (B) Ato Judicial
- (C) Ato do Conselho Municipal de Assistência Social
- (D) Ato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESPOSTA: B (ECA. Art. 135. A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público)

Questão 6- O Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como uma de suas atribuições:

- (A) Requisitar serviços públicos de saúde, educação, entre outros.
- (B) Afastar a criança ou adolescente, vítima de abuso sexual, do convívio familiar.
- (C) Suspender, preventivamente, o poder familiar.
- (D) Nenhuma das alternativas

RESPOSTA: A (ECA. Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional; VII – expedir notificações; VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 83 IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento

dos direitos da criança e do adolescente; X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; XI – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009). XII – promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014).

Questão 7 - O que não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar?

- (A) A falta ou a carência de recursos materiais
- (B) O castigo imoderado ao filho
- (C) O abandono do filho menor
- (D) Exploração da mão de obra infantil

RESPOSTA: A (ECA. Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar)

Questão 8 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- (A) Pelo Chefe do Poder Executivo
- (B) Pela Autoridade Judiciária
- (C) Pelo (a) Delegado (a)
- (D) Pelo Presidente da Câmara Municipal.

RESPOSTA: B (ECA. Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse)

Questão 9 – São princípios que regem a aplicação das Medidas Específicas de Proteção à Criança e ao Adolescente, exceto:

- (A) Condição de Criança e Adolescente como sujeito de direitos
- (B) Proteção integral e prioritária
- (C) Interesse superior da criança
- (D) Retirada da família de origem em casos diversos

RESPOSTA: D (ECA. Art.100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). I – condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). II – proteção integral e prioritária: a interpretação e

aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). IV – interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). VII – intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). X – prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Questão 10- É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão, ou estabelecimento congênere, segundo o ECA salvo se:

- (A) Autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável
- (B) Autorizado pelo CMDCA
- (C) Autorizado pela Comarca Infantil
- (D) Autorizado pelos comerciantes

RESPOSTA: A (ECA. Art.82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.)

Questão 11- São consideradas medidas socioeducativas aplicadas à adolescente que praticou ato infracional, exceto:

- (A) Advertência
- (B) Prisão
- (C) Prestação de serviço à comunidade
- (D) Liberdade assistida

RESPOSTA: B (Art.112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semi-liberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.)

Questão 12 - É proibido qualquer trabalho:

- (A) A maiores de 18 anos de idade
- (B) A menores de 21 anos de idade
- (C) A menores de 16 anos de idade
- (D) A menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz

RESPOSTA: D (ECA. Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Questão 13- As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

- (A) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado
- (B) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável
- (C) Em razão de sua conduta
- (D) Todas as alternativas anteriores estão corretas

RESPOSTA: D (ECA Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta)

Questão 14- A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre:

- (A) O sistema de controle de menores abandonados, pervertidos e delinquentes
- (B) A doutrina da “situação irregular”
- (C) A proteção integral à criança e ao adolescente
- (D) A caridade e a assistência em benefício de crianças e adolescentes carentes

RESPOSTA: C (ECA. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente)

Questão 15- São considerados imputáveis (quem não pode ser responsabilizado como adulto pelos seus atos) e, portanto, sujeitos apenas às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente as pessoas menores de:

- (A) Dezesesseis anos
- (B) Quatorze anos
- (C) Dezoito anos
- (D) Doze anos

RESPOSTA: C (ECA. Art.. 104. São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Questão 16- O Estatuto da Criança e do Adolescente é aplicado, excepcionalmente:

- (A) Somente a pessoas até 18 anos de idade
- (B) Somente a pessoas até 12 anos de idade
- (C) A todas as pessoas até 19 anos de idade
- (D) As pessoas entre 18 anos e 21 anos de idade

RESPOSTA: D (ECA. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade)

Questão 17- Quanto à viagem de crianças, marque a alternativa correta:

- (A) Pode viajar para qualquer cidade do país, sem autorização judicial
- (B) Pode viajar para exterior, sem a companhia dos pais
- (C) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial
- (D) Não pode viajar nem na presença dos pais ou responsáveis

RESPOSTA: C (ECA. Art. 83. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial)

Questão 18- Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua:

- (A) Faixa-etária
- (B) Escolaridade
- (C) Integridade física e psicossocial
- (D) Condição social

RESPOSTA: A (ECA. Art.75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável)

Questão 19- Segundo o ECA no art. 55, é dever dos pais ou responsável a obrigação de:

- (A) Matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino
- (B) Acompanhar os filhos nas consultas médicas
- (C) Ensinar os filhos as tarefas de casa
- (D) Ensinar uma profissão

RESPOSTA: A (ECA. Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino)

Questão 20 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, marque a opção incorreta:

- (A) Reconhecida idoneidade moral
- (B) Idade superior a vinte e um anos
- (C) Possuir antecedentes criminais
- (D) Residir no município

RESPOSTA: C (ECA. Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I – reconhecida idoneidade moral; II – idade superior a vinte e um anos; III – residir no município)

Luana Talene de Abreu Ferreira
Presidente do CMDCA

JÚLIO SÉRGIO COSTA MARTINS

Júlio Sergio Costa Martins
Vice-Presidente do CMDCA

	MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO - MA
	DIÁRIO OFICIAL @DOM Poder Executivo
EXPEDIENTE	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO - MA <i>Gabinete do Prefeito Municipal de Bequimão</i>	
CNPJ: 41.611.716/0001-02	
Rua Senador Vitorino Freire, 115, Centro, Bequimão/MA.	
SITE: www.bequimao.ma.gov.br	
Antonio José Martins Prefeito	

Bequimão, 19 de agosto de 2019